

ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO E DISTRIBUTISMO: UM DEBATE POR SE FAZER

Arthur Rizzi Ribeiro¹

Pedro Henrique dos Santos Ribeiro²

Resumo

Com base nas propostas instigantes da Revista de Geopolítica, este artigo pretende oferecer respostas acerca do quão distributista a ESM consegue ser e que respostas ela pode oferecer ao homem comum desejoso de ter sua pequena propriedade e fazer dela a razão de sua vida.

Palavras-chave: Alemanha, Economia Social de Mercado, Distributismo.

Economía social de mercado y distributismo: un debate para hacer

Resumen

Con base en las propuestas instigantes de la Revista de Geopolítica, este artículo pretende ofrecer respuestas acerca de cuán distributiva es que ESM logra ser y qué respuestas puede ofrecer al hombre común ansioso de tener su pequeña propiedad y hacer de ella la razón de su vida

Palabra clave: Alemania, Economía Social de Mercado, Distributismo.

Introdução

Há quatro formas de economia, de acordo com uma divisão esquemática: [...]a real, a dos sátrapas, a de uma *pólis* e a particular. *Destas a mais importante e a mais simples é a real;* [...] Começemos, então, por considerar a real. Esta detém uma aplicação universal, mas possui quatro áreas essenciais: *a cunhagem de moeda, as exportações, as importações e as despesas.* (ARISTÓTELES, 2011, p.19-20).

A Revista de Geopolítica trouxe na sua edição do primeiro semestre de 2019 alguns questionamentos importantes sobre o papel da Economia Social de Mercado (doravante ESM) e, se de fato, ela é capaz cumprir o que promete em relação à pequena propriedade e ao pequeno proprietário tal como o distributismo se propõe a resolver.

¹Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo (2013); Graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2018).

²Mestrando em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Antes, porém, de partirmos para as respostas a tão augustas indagações, é forçoso estabelecer *ex ante* o escopo dessa discussão para que ela fique bem fundamentada. Definindo, portanto, de antemão, em que plano (ou planos) as discussões entre ESM e distributismo ocorrem, evitamos *ex post* problemas maiores, refinando assim as propostas e definindo bem os termos do problema. Primeiramente, embora sejam duas teorizações sobre as relações entre o homem e o mundo material, este último cheio de recursos escassos, o distributismo e a economia social de mercado, embora interligados, como vimos em artigo predecessor³, não estão no mesmo plano de discussão.

A Economia Social de Mercado nasce, como visto em supracitado artigo, das mesmas bases e inspirações que o Distributismo, a saber, a Doutrina Social da Igreja. Contudo, ambos se definem por métodos e caminhos distintos para a resolução de um problema. O distributismo, na sua forma mais conhecida, evitou adentrar em racionalizações e teorizações. A argumentação distributista é, sobretudo moral, embora não se veja explicitamente as razões dessa recusa, é perceptível que a motivação dessa abordagem superficial advém de uma certa ideia difusa de que a racionalidade econômica, por ser um elemento da modernidade, é fruto do racionalismo que seria antagônico com as formas orgânicas de sociedade.

Assim, o distributismo evitaria ser construído pelo que Edmund Burke (que não era um distributista, por constar) chamava de “intelectuais de gabinete”. O distributismo, por ser orgânico, deveria nascer de modo igualmente orgânico, dos modos de vida, costumes e usanças de um povo historicamente situado. Essa posição, ainda hoje, é muito comum entre tradicionalistas como Christopher Ferrara (2010) onde ele recomenda em uma lista alguns passos que cada cidadão deve fazer para poder viver o distributismo, assim para ele é visível que o mesmo deva nascer das ações dos indivíduos e comunidades conscientes do problema capitalista, tais como plantar a própria comida e criar seu próprio trabalho. Contudo, de outro lado, alguns autores como E. F. Schumacher e John C. Médaille, por sua vez tentam adentrar no debate econômico com argumentos econômicos. Médaille (2010, p.6-7) nos lembra que infelizmente, a maioria não procede assim:

³RIBEIRO, A. Rizzi; RIBEIRO, Pedro. A tradição cristã por detrás da economia social de mercado. **Revista de Geopolítica**, Natal, v.10, n.1, jan./jun. de 2019.

[...]distributists themselves have often been reluctant to put their case in economic terms. The distributists have often argued *from moral terms*; [...]But on the whole, they have been unwilling, or (I'm afraid) unable, to enter the economic debate on purely economic terms.

A ação corajosa de Médaille e outros em entrar no debate econômico em termos econômicos é digna de ser citada em qualquer trabalho sobre distributismo, quer concordemos ou não com algumas de suas conclusões. Pois como na citação de Aristóteles que abre este fascículo, eles perceberam que discutir problemas micro e macroeconômicos, como taxa de juros (emissão de moeda), taxa de câmbio (exportações e importações), e gastos públicos (despesa) são as partes mais importantes e mais simples da economia. Novamente, como visto no trabalho que antecede a este, esse movimento em direção a discussão econômica é fruto de uma abordagem neotomista de Jacques Maritain, que logrou êxito em separar a racionalidade (aqui entendida como a faculdade do homem enquanto animal racional no justo uso da sua razão) do racionalismo (ideologia e filosofia que pelo exagero na crença do poder da razão humana, acaba por negá-la). Assim, o antirracionalismo de alguns, temerosos por ofuscar o que há de orgânico na ordem temporal, acaba por cair naquilo que chamamos de “mito da irracionalidade”, como se a sociedade pré-moderna fosse completamente irracional no trato e no lido com a *res pecuniariae*. Para, portanto, colocar a discussão no seu justo meio termo, devemos lembrar ainda que essa primeira distinção feita não esgota o assunto.

Ainda há uma distinção a se fazer relevante: ainda que os defensores de ambas as escolas vejam seus modelos como produtos finais, um distributista normalmente tem para com a ESM é a de vê-la como um bom meio para um fim que seria o distributismo. Postura a qual em tese concordamos, embora se devesse de momento tratá-la nos termos em que Maritain chamou de “ideal histórico concreto”, dado que a escassa bibliografia teórica do distributismo e a quase inexistente resposta dele a problemas econômicos propostos pelo *mainstream* inviabilizam, de momento, que ele seja tomado como um fim último, visto que para isso, ele deveria existir como um corpo teórico complexo e mais ou menos fechado.

Como, entretanto, o distributismo subsiste de modo ainda embrionário e pouco desenvolvido, o hibridismo proposto por Chesterton deveria no mínimo ser

objeto de ação política e teórica presente, sem que – é claro – os distributistas se vejam forçados a abrir mão de discutir e aprofundar a sua doutrina. Por sua vez, a ESM logrou muito êxito em oferecer soluções distributivas e cristãs para problemas econômicos reais e muito concretos. Seja por um caminho mais burkeano como o fez Wilhelm Röpke, seja por uma via mais tipicamente democrata cristã como Eucken e Müller-Armack. Wilhelm Röpke fundamentou em “*Crisis and cycles*” uma apropriada e sofisticada teoria do ciclo econômico que, nas palavras de Marcelo Resico e Adrián Ravier (s.d. p.3), “*constituem um meio-termo entre Keynes e Hayek*”. Walter Eucken e Müller-Armack conseguiram estabelecer marcos legais e princípios técnicos bem fundamentados para a regulação e a intervenção do governo no mercado, bem como Ludwig Erhard logrou na prática grande êxito em subsidiarizar o Estado de Bem-Estar Social bismarckiano.

Diferentemente dos distributistas⁴, os ordoliberalis optaram por entrar no debate com a escola neoclássica, com os keynesianos e com os austríacos. A ESM fez uso do ferramental teórico da economia *mainstream* de seu tempo para oferecer respostas concretas a problemas concretos de seu tempo. Nisso pode-se acusá-la também de trair certo purismo doutrinário que a motivava, mas dado que como visto em fascículo predecessor, que ela recebeu os louros de dois papas diferentes, que ao menos o intento foi bem sucedido. Então, assim, fica bem posto a diferença entre os dois modelos em seus campos de discussão:

1. O Distributismo enquanto proposta econômica é demasiado embrionário e pouco desenvolvido, sendo majoritariamente um esforço filosófico e ético acerca da economia. Ele é o fim último do “dever ser” econômico.

2. A Economia Social de Mercado é um corpo teórico bem desenvolvido que fornece respostas subsidiárias e fundadas na justiça distributiva a problemas

⁴Um bom exemplo dessa postura desconfiada, ora tentando entrar na discussão, ora isolacionista, é o *Journal of markets and morality*, uma revista distributista que na sua ed. n. 1, vol. 15, de 2012, debate no artigo de Charles McDaniel “*Reviv in gold debates: Austrian, Post-Keynesian and Distributist views in crisis*” as respostas austríacas, keynesianas e distributistas para a crise de 2008. Ao passo que Austríacos e Keynesianos entram em termos técnicos, os distributistas resumem-se a simples constatação de que a culpa da crise é da concentração da propriedade. Uma teoria econômica que tem sempre a mesma resposta para todo e qualquer problema num mundo complexo, no mínimo levantaria suspeitas de qualquer um, quanto mais perante a ortodoxia econômica que é impiedosamente rígida.

concretos, ainda que ela soe como uma reforma que ficou “no meio do caminho” (hibridismo) – um fim infravalente.

Êxitos da Economia Social de Mercado

Após a derrota da Alemanha em 1945 praticamente não havia serviços públicos nas maiores cidades, como Berlim e Bremen. Sem jornais, sem coleta de lixo, sem água, sem energia, sem transportes públicos, a situação de penúria piorou quando sobreveio uma enorme fome devido a escassez de alimentos causados não apenas pelos danos da guerra, mas também pela repartição da Alemanha, onde partes consideráveis das terras aráveis foram entregues a poloneses e tchecos.

De acordo com Bessel (2010, p.329) antes da guerra, a Alemanha conseguia atender a “83% da demanda de alimento com a produção nacional, suprimindo o restante com importações.” Na zona de ocupação francesa, uma das menos afetadas a situação era a seguinte: “O número de cavalos em dezembro de 1945 era cerca de 8% menor do que em dezembro de 1938. O de cabeças de gado caiu mais de 14%; e o de porcos mal chegava a 40% do que fora sete anos antes”. (BESSEL, 2010, p.329). Nas zonas britânicas e americanas, muito mais afetadas, os números de porcos eram ainda menores. A falta de mão de obra no campo era notória, a guerra havia matado mais homens do que mulheres e crianças, dado que eles foram em sua maioria recrutados para a guerra, sendo assim sobreveio também uma tragédia demográfica já que os refugiados e sobreviventes eram mulheres, velhos e crianças que não tinha capacitação para o trabalho no campo. Outro fator que dificultou incrivelmente levar alimentos aos sofridos alemães era o fato de que a guerra havia destruído meios de transporte e praticamente toda a infraestrutura de estradas, ferrovias, portos, praticamente tudo destruído, como ressaltado por Bessel (2010).

Em Ialta e Potsdam, os vencedores chegaram à conclusão de que se deveria descentralizar a economia alemã, sendo esta a razão pela qual Erhard viria a ter apoio de militares como o general Lucius D. Clay para o seu projeto subsidiário. A crença errada dos vencedores, naquela época muito influenciado por um mofado keynesianismo hidráulico, era a de que uma economia descentralizada não seria

capaz de ultrapassar os aliados. Para a surpresa dos vencedores, anos mais tarde a Alemanha seria novamente a mais poderosa economia da Europa.

É importante, de antemão, ressaltar como o faz Niall Ferguson (2012, p.273) cujo liberalismo econômico ninguém duvida, que a economia nazista não era keynesiana: “*O modelo econômico não era de fato keynesiano; não usava o aumento dos gastos públicos para impulsionar a demanda agregada por meio de um efeito multiplicador sobre os gastos do consumidor.*” Assim, para evitar injustiças à lord Keynes, é importante distinguir o dirigismo bélico de Hitler, tanto do keynesianismo hidráulico do entre-guerras, quanto da síntese neoclássica do pós-guerra, que durou até o choque do petróleo da segunda metade da década de 70. Pois é também com diferença a ambos os modelos que a ESM vai se afirmar, tanto a via populista, da social-democrata quanto à nacional-socialista.

O grau de destruição da Alemanha era tamanho, que se compararmos com o auge do nazismo, como nos mostra Wilhelm Röpke (1963) ao comentar um trabalho do economista britânico John Jewkes, veremos que entre 1936 e 1938, a produção industrial da Alemanha, sozinha era responsável por quase 11% de toda a produção industrial no mundo todo, superando inclusive a da Inglaterra. Em 1947⁵, os erros econômicos e os danos da guerra fizeram com que a produção industrial da Alemanha despencasse para apenas a 33% da produção de 1938, ou seja, uma indústria que antes representava 10,7% de toda a produção industrial mundial passava agora a representar apenas 3,53% do todo global, se tornando três vezes menor que a indústria inglesa em valores de 1936 e 1938.

Para entender a importância do ministro da economia Ludwig Erhard para a ESM, devemos nos aprofundar nos estragos econômicos feitos na Alemanha pelo nazismo. Os alemães tiveram parte de sua indústria destruída durante o conflito armado contra a União Soviética e os Aliados. Para custear sua máquina de guerra, a Alemanha Nazista havia imprimido milhões de *reichsmark*⁶, depreciando enormemente o valor da moeda, o resultado desse desespero econômico ficou

⁵UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **A economia alemã no pós-guerra**. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/09.a_economia_alema_no_pos_guerra.pdf> Acessado em 27 de novembro de 2014.

⁶Cf. BESSEL, Richard. **Alemanha, 1945**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 326p.

conhecido como “inflação reprimida”. A política econômica nazista tornou a base monetária (M1) seis vezes maior do que era ao fim de 1930⁷. A implosão do *reichsmark* foi tão notória que os soldados britânicos e americanos preferiam usar cigarros como meio de troca ao invés da moeda.⁸ Na criação do marco alemão, o custo da nova moeda equivalia a dez vezes o valor da antiga.

Em junho de 1948 e dezembro do mesmo ano, o nível geral de preços subiu 13%⁹. Contudo, ainda assim, nas eleições de agosto de 1949, a União Democrata Cristã levou Konrad Adenauer ao posto de primeiro-ministro, e o recém-eleito chanceler nomeou Erhard como ministro da economia. Os primeiros anos do gabinete Adenauer não foram tranquilos, embora no primeiro semestre de 1950, os preços tenham caído 10,6%¹⁰, especialmente no comércio a varejo; o desemprego por outro lado saltava de 800 mil pessoas para 1,5 milhão de desempregados, como nos informa Resico (2012).

Apesar das críticas feitas à ESM, Erhard recusou-se a mudar sua orientação econômica. Os resultados não tardaram a aparecer apesar da forte austeridade imposta pelo governo no seu início. Em 1951, a Guerra da Coreia fez com que os lados beligerantes demandassem automóveis para combate, aço e outros produtos, e isso ajudou a economia alemã a crescer. Segundo o historiador Stephen Kotkin (2013), em 1956 a RDA – Alemanha Oriental – emitiu seu primeiro boletim econômico, e para surpresa de todo o *Politbüro*, a renda dos alemães ocidentais já era superior à dos alemães orientais.

De acordo com o economista Antônio Delfim Netto (1990), o milagre alemão foi de tal monta que garantiu uma média de crescimento bastante elevada, comparáveis aos da China na última década. Pois, de acordo com ele, nesse período, o crescimento real da Alemanha foi de 7,0% ao ano, o dobro das demais economias desenvolvidas. Martin Kitchen (2013, p. 443) aponta que “*as políticas sociais da CDU/CSU melhoraram muito a condição dos pobres, dos desapropriados,*

⁷Cf. SENNHOLZ, Hans. **Instituto Ludwig von Mises Brasil: Como se deu o milagre econômico alemão do pós-guerra**. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1419#_ednref14> Acessado em 26 de novembro de 2014.

⁸Cf. FERGUSON, Niall. **A lógica do Dinheiro: Riqueza e poder no mundo moderno: 1700-2000**. São Paulo: Editora Record, 2010. 188p.

⁹Cf. ERHARD, 1964, p.26.

¹⁰Cf. ERHARD, 1964, p.28.

dos refugiados e dos idosos”. Celia e Jacques Kersternetzky (2014, p.139) comentam que “*no início da década de 1980 a pobreza (da renda disponível) na Alemanha é equivalente à sueca, e o nível de desigualdade de renda é inferior ao da Dinamarca*”.

O sucesso da ESM aplicada pelos democratas cristãos também pode ser mensurada pelo PIB (Produto Interno Bruto). Segundo Erhard (1964), o PIB alemão cresceu quatro vezes num período de uma década. E o consumo interno representava mais da metade do PIB da Alemanha Ocidental. Os dados do consumo das famílias também revelam números que evidenciam o sucesso da política econômica de Erhard¹¹: em 1953 o consumo interno teve um aumento de 11,2% em relação ao ano anterior; e se compararmos 1951 com 1961, veremos que em 10 anos o consumo interno mais do que dobrou. São consideradas causas desse sucesso estrondoso a estabilidade da moeda, uma baixa taxa de inflação¹² e a alta qualificação e produtividade da força de trabalho, o que possibilitou um aumento considerável nos salários, que registraram um aumento de 221% em onze anos, em suma, as remunerações mais do que triplicaram.

Autonomia das famílias

A grande crítica que se faz a ESM é que ela seria uma social-democracia subsidiária ou um capitalismo humanista. E que na prática através de pleno-emprego e respeito às famílias, ela apenas não se intromete em demasia em assuntos particulares, mas que não é capaz de ser orgânica, comunitarista e de dar autonomia às famílias.

Por sua vez, os social-cristãos alemães quando lançaram o modelo da Economia Social de Mercado (ESM) promoveram alguma distribuição de ações aos trabalhadores, [...] Ora, quanto se trata de distribuir poder político às pequenas comunidades e a propriedade privada às famílias, a Suíça é muito mais exemplo aos europeus e ao mundo do que a Alemanha das Grandes Corporações. (ALBUQUERQUE, 2019, p. I)

¹¹Cf. ERHARD, 1964, p.177.

¹²Quem inclusive ressalta isto é Thomas Piketty (2013, p.90) que diz: “*É assim que hoje se tem a seguinte situação paradoxal: o país que mais usou a inflação para se livrar das dívidas no século XX — a Alemanha — não quer ouvir falar de uma alta superior a 2% por ano[...]*”.

Essa é uma imagem um pouco deturpada do que é a economia alemã. As evidências, entretanto, mostram justamente o contrário. Não se trata só de salário-família, saúde gratuita, ou de conceder aos trabalhadores participação em empresas por meio de ações ou de sociedade. Está muito além disso, o que os democratas cristãos promoveram: as instituições favorecem ao cidadão adquirir sua própria casa, bem como a maior parte do crédito não é liberado por bancos comerciais privados comuns. E se entendermos que grandes empresas são sempre ruins, estaremos colocando o Brasil na posição de país que deve substituí-las por grandes bancos e tornar-nos uma espécie de paraíso fiscal, como veículo de desenvolvimento. Entre dois males, optemos pelo menor; a grande empresa ao menos produz algum bem com trabalho; bancos hoje produzem usura pois seu fim está ligado aos ativos líquidos não reproduzíveis com trabalho, os mesmo que Keynes na Teoria Geral do Emprego, do juro e da moeda expõe no capítulo 17.

A Alemanha tem hoje mais de mil cooperativas de crédito, no qual o correntista e o poupanista tem participação nos lucros e nas decisões do banco¹³. Aproximadamente 95% do PIB alemão é resultado da atividade de pequenas e médias empresas¹⁴. Até 1980 apenas 5% das fazendas tinham mais que 50 hectares. Até o neoliberalismo de Helmut Kohl triunfar a Alemanha era essencialmente um país de pequenas e médias fazendas¹⁵, após Kohl e Schröder, a situação se inverteu. Curiosamente, os social-democratas e seu robusto keynesianismo, muito acusados de gigantismo, entregaram aos neoliberais da CDU uma Alemanha de pequenas fazendas.

Os distributistas mais exigentes criticam o fato de que a Alemanha tenha grandes conglomerados industriais, multinacionais, e outras empresas gigantes. O que se esquecem, entretanto, é que isso é estrutural do capitalismo. É importante frisar – como veremos com mais detalhes no tópico subsequente a este – que a

¹³ ALMADA, Marco Aurélio. **Portal cooperativismo financeiro: Cooperativismo de crédito na Alemanha.** <<https://cooperativismodecredito.coop.br/2011/09/o-cooperativismo-de-credito-na-alemanha/>> Acessado em 23/11/2018.

¹⁴ JUSTO, Marcelo. BBC: **O segredo que faz da Alemanha a economia mais sólida do mundo.** <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160131_segredo_alemanha_economia_a_b> Acessado em 23/12/2018.

¹⁵ BRITANNICA. **Agriculture, forestry and fishing in Germany.** <www.britannica.com/germany/economic-unification-and-beyond/> Acessado em 23/12/2018.

economia alemã é uma economia industrial, e que as economias industriais têm mais possibilidades de divisão do trabalho, o que faz com que mais pessoas e mais empresas estejam envolvidas da produção de bens de alto valor agregado e com altíssima produtividade e retornos crescentes em escala. Os custos de entrada nesses mercados são tão altos, que não são possíveis a pequenas empresas custear.

Contudo, a ESM também tem uma resposta a isso. Chama-se *Bundes kartellamt*, isto é, a agência anti-cartel da Alemanha, que força essas empresas que muitas vezes podem ser monopolistas a atuarem como se tivessem concorrentes. Walter Eucken (1956, p.415) explica que “*La finalidad de la legislación de monopolio y de la vigilância del monopolio [anti-cartel] es obligar a los sujetos de poder económico a comportarse como si existiese concurrencia perfecta*”. Essas empresas, pelo tipo de produto que produzem e negociam, tendem a serem poucas e, portanto, têm como habitat natural cenários de competição monopolística conforme mostra-nos o economista Paulo Gala (2017, p.20):

Atividades com retornos crescentes em escala, grande incidência de inovações tecnológicas e múltiplas sinergias – decorrentes de divisão do trabalho dentro das empresas e entre empresas – são fortemente indutoras de desenvolvimento econômico [...]. Nessas atividades, em geral, predomina a competição imperfeita, acompanhado de todas as características desse tipo de mercado: importantes curvas de aprendizagem, rápido progresso técnico, alto conteúdo de pesquisa e desenvolvimento, amplas possibilidades de economias de escala e de escopo, alta concentração industrial, grandes barreiras a entrada, diferenciação por marcas, etc.

Todavia, as políticas públicas adotadas na Alemanha têm como mérito dar aos trabalhadores participação nos lucros e até ações, como forma de serem de alguma forma coproprietários das mesmas, medidas estas que o filósofo católico luso-brasileiro Armindo Moreira (2018) chamou de “Equibatismo”.

Divisão do trabalho, produção em escala e pequena propriedade: dificuldades ao distributismo

Ao entenderem que apenas a pequena propriedade é desejável, sendo a grande propriedade uma perversão, os distributistas mais idealistas anseiam por

aplicar a pequena propriedade em todas as áreas da economia contemporânea. É necessário ressaltar que a admiração pela pequena propriedade e a defesa da mesma é boa e justa, contudo, o que se guarda aqui é um risco grande de se cair no igualitarismo. O problema desta percepção é que ela pouco têm a oferecer num contexto capitalista, como o atual. Dado os custos de entrada altíssimos e as limitações nos processos de divisão do trabalho, pequenas empresas não têm capacidade de oferecer na quantidade necessária e nem com a qualidade necessária carros, motos, navios, trens de passageiros entre outros produtos que pela sua grandeza e custo só podem ser feitos por empresas de grande porte. Corção (1961, p.269), que foi um grande distributista brasileiro, compreendia bem esse problema:

[...] o grande é menos perfeito que o pequeno. Já o mesmo não se pode dizer de um serviço de bondes: seria inteiramente extravagante pretender que cada um tivesse o seu bonde. Uma fábrica de pregos, ou de rádios ou de locomotivas exige uma quantidade de máquinas e uma organização só compreensível em ponto grande. *Cada coisa tem um tamanho adequado à sua natureza, assim como na zoologia ou na botânica.*

Uma das passagens mais célebres da “Riqueza das Nações” de Adam Smith é seu relato sobre o funcionamento das famosas fábricas de alfinetes inglesas, e a sua explanação para a elevada produtividade que ele observou nelas: *a divisão do trabalho*. Em outras palavras, Smith referia-se a especialização dos trabalhadores em diferentes etapas da produção, que era algo que lhes permitia ganhar tempo, melhorar suas habilidades e criar oportunidades para o desenvolvimento de novas tecnologias. Smith afirmava que esta novidade que o capitalismo trazia estava relacionada à essência de uma manufatura, que diferente de um empreendimento agrícola ou de serviços, possuía possibilidades inúmeras de divisão eficiente do trabalho. Segundo ele (2014, p.37), *“a natureza da agricultura não comporta tantas divisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra, quanto ocorre nas manufaturas”*.

Dito de outra forma, a produção de bens manufaturados permite, em razão de sua maior complexidade, mais oportunidades de especialização do trabalho dentro de uma empresa. Economistas de diferentes épocas e escolas apontaram o fato de que o tipo de crescimento econômico que envolve o uso de tecnologia moderna e

que resulta em alto nível de *renda per capita* é inconcebível sem o desenvolvimento de uma moderna indústria manufatureira. A razão disso como mencionada no exemplo de Smith é o fato de que a indústria, diferentemente dos outros setores da economia, apresentar, geralmente, retornos crescentes de escala, o que significa que o aumento da participação dos fatores de produção produzem aumentos mais do que proporcionais no produto agregado. E dado os custos elevados e quase proibitivos a pequena propriedade, no contexto tecnológico atual é literalmente impossível ser de outra forma. Contudo, uma boa disposição distributistas nos dá um dever de conseguir o melhor possível dentro desse contexto capitalista.

Conclusão

A ESM realmente não representa o fim último e ideal de uma legítima proposta democrata cristã, dado que o ideal seria a implantação do conceito do distributismo. Há ainda, como mencionado no início deste fascículo, os limites do próprio desenvolvimento teórico distributistas que tem enormes dificuldades em entrar no debate econômico com o *mainstream*. Porém, as respostas dadas pela democracia cristã através da ESM são extraordinariamente positivas para o presente estado da técnica e do modo de produção capitalista, consolidando-se, assim, como o bem possível, ou em linguagem maritainiana, um fim infravalente. Uma resposta possível para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, talvez seja o Novo Desenvolvimentismo, que como demonstrado por Ribeiro, Carvalho e Oreiro (2019), tem muitos pontos de compatibilidade com a Doutrina Social da Igreja e com a ESM.

Referências

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. Apresentação. **Revista de Geopolítica**, Natal, v.10, n.1, jan./jul. de 2019.

ALMADA, Marco Aurélio. **Portal cooperativismo financeiro: Cooperativismo de crédito na Alemanha**. <<https://cooperativismodecredito.coop.br/2011/09/o-cooperativismo-de-credito-na-alemanha/>> Acessado em 23/11/2018.

ARISTÓTELES. **Econômicos: obras completas**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BESSEL, Richard. **Alemanha, 1945**. Companhia das Letras, 2010.

BRITANNICA. **Agriculture, forestry and fishing in Germany**. Disponível em: <www.britannica.com/germany/economic-unification-and-beyond/> Acessado em 23/12/2018.

CORÇÃO, Gustavo. **Três Alqueires e uma vaca**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1961.

ERHARD, Ludwig. **Bem-estar para todos**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964.

EUCKEN, Walter. **Fundamentos de Política Económica**. Madrid: Ediciones Rialp, 1956.

FERGUSON, Niall. **A lógica do dinheiro – Riqueza e poder no mundo moderno: 1700-2000**. São Paulo: Editora Record, 2010.

FERGUSON, Niall. **Civilização: Oriente x Ocidente**. São Paulo: Editora Planeta, 2012.

FERRARA, Christopher. **The Church and the libertarian**. Forest Lake: The Remnant Press, 2010.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica: Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2017.

JUSTO, Marcelo. BBC: **O segredo que faz da Alemanha a economia mais sólida do mundo**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160131_segredo_alemanha_economia_ab> Acessado em 23/12/2018.

KERSTENETZKY, Celia; KERSTENETZKY, Jacques. **O Panorama socioeconômico do Brasil e suas relações com a Economia Social de Mercado: Subsidiariedade e universalismo como princípios organizativos do Estado social**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2014.

KITCHEN, Martin; **História da Alemanha Moderna de 1800 aos dias de hoje**. São Paulo: Cultrix, 2013.

KOTKIN, Stephen; GROSS, Jan T. **Sociedade Incivil: 1989 e a derrocada do comunismo**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

McDANIEL, Charles. **Journal of Markets and Morality: Reviving old debates: Austrian, Post-Keynesian, and Distributist views of financial crisis**. v.15; n.1, p.37-63, 2012.

MÉDAILLE, John. **Toward a trully free market: a distributist perspective on the role of government, taxes, health care, déficits, and more**. Wilmington: ISI Books, 2010.

MOREIRA, Armindo. **Equibatismo: cria riqueza e elimina a miséria**. Instituto Mukharajj, 2018

NETTO, Antônio Delfim. **Moscou, Freiburg e Brasília**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

RAVIER, Adrián. **Comentario al trabajo de Marcelo F. Resico: “La Teoría del Ciclo Económico de W. Röpke”**. Madrid: Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, s.d.

RESICO, Marcelo. **Introdução à Economia Social de Mercado**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012.

RIBEIRO, Pedro; RIBEIRO, A. Rizzi. A tradição cristã e seus limites por detrás da economia social de mercado. **Revista de Geopolítica**, v.10, n.1, jan./fev. de 2019.

RIBEIRO, A. Rizzi; OREIRO, José Luís; CARVALHO, Ricardo da Silva. **Brazilian Journal of Political Economy: A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?** São Paulo: REP, vol.39, n.4, out/dez; 2019.

RÖPKE, Wilhelm. **Os países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edições Saraiva, 1963.

SENNHOLZ, Hans. **Instituto Ludwig von Mises Brasil: Como se deu o milagre econômico alemão do pós-guerra**. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1419#_ednref14> Acessado em 26/11/2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações (compêndio)**. São Paulo: Hunter Books, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **A economia alemã no pós-guerra**. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/09.a_economia_alema_no_pos_guerra.pdf> Acessado em 27/11/2014.

Recebido em 2019-11-11.

Publicado em 2020-01-01.